

A oposição ao PT



Por **MAYRA GOULART, PAULO GRACINO & RAUL PAIVA***

A economia não diz tudo, mas ajuda: analisando as pesquisas de aprovação ao governo

Este comentário faz parte de um acúmulo, pois há dois anos estamos analisando todos os levantamentos feitos em contexto eleitoral que realizam estratificação por renda. Nossa hipótese é que, diante das outras clivagens, esta segue sendo a determinante para compreender o comportamento político do brasileiro. Nossa segunda hipótese, que também aparecerá neste texto, porém de maneira subjacente, é que o principal eixo estruturador das preferências políticas no país é a rejeição/identificação com o Partido dos Trabalhadores ou com sua principal liderança: Luiz Inácio Lula da Silva.

Apresentando as ferramentas

Analisando os dados das pesquisas de véspera de eleições nacionais por estratificação de renda percebe-se que a partir da formação que confere ao PT um potencial hegemônico – dominância nos dois primeiros estratos econômicos de renda familiar mensal (até dois salários-mínimos e de 2 a 5 salários-mínimos) –, há uma solidificação do partido como grande força presidencial. Neste quadro, as eleições de 2014 já mostram uma tendência diferente, uma vez que o eleitorado que recebe de 2 a 5 salários-mínimos sofre uma divisão, principalmente no primeiro turno, devido à inserção de pautas mais conservadoras no debate, seja pelo avanço de pautas progressistas no congresso ou pela Comissão da Verdade, que deu muita visibilidade a um campo de pensamento que antes vinha sendo posto em segundo plano.

Assim, volta a haver no Brasil uma maior margem de manobra para a oposição ao PT, que antes era concentrada nos estratos de renda familiar mensal mais altos (5-10 salários-mínimos e 10+ salários-mínimos). Este novo momento, é capitalizado por Jair Bolsonaro, que consegue em 2018 um registro recorde para a direita, no que diz respeito às intenções de voto no grupo 2-5 salários-mínimos e ali marca seu grande diferencial em sua expressiva vitória.

Dessa forma, ao que as pesquisas indicam, a maior parte dos eleitores brasileiros que não tem suas preferências ideológicas tão cristalizadas (swing voters) se encontram nessa faixa – tendo nas outras claros preferidos, tanto o 0-2 salários-mínimos votando em massa no PT, quanto o 5-10 salários-mínimos e o 10+ salários-mínimos votando em massa no candidato de oposição.

A partir dessa caracterização que se dá um cuidado maior com as análises desse grupo específico (2-5 salários-mínimos), uma vez que eles têm o potencial de definir uma eleição presidencial no Brasil atual. Dentro desse estrato, encontra-se parte importante dos grupos de oposição ao PT, como evangélicos e “empreendedores”, sabendo que são dois grupos com alta heterogeneidade interna. Ao mesmo tempo, é nesse estrato que se encontram as maiores oportunidades de conquista de votos através de estímulos econômicos operados a partir do Estado, por meio de políticas públicas que ensejem melhores condições de vida. Isto porque nas camadas altas e médias o pragmatismo econômico que orienta a escolha do eleitor está muitas vezes orientado à proteção de seus privilégios econômicos e de seu prestígio social. Sendo ambos

relativos, essas camadas acabam sendo reativas à mobilidade econômica dos estratos inferiores.

É necessário reconhecer, entretanto, que há diversas variáveis na decisão do voto que ultrapassam o limite estritamente econômico, mas que de qualquer modo: (i) guardam ressonância dessa esfera; (ii) influem em um eleitorado ideologicamente mais convicto dentro do grupo em questão que recebe entre 2 a 5 salários mínimos. É um grupo que, embora esteja na faixa que concentra a maior proporção de *swing voters*, orienta-se de maneira mais previsível, haja vista a determinação dos temas (*issues*) morais e religiosos na composição de suas preferências políticas. Cabe lembrar que os *swing voters* se encontram em todas as camadas, mas o segmento de 2 a 5 salários-mínimos parece, segundo nossa pesquisa, concentrar esse eleitorado mais flexível.

Analizando as pesquisas

Os níveis de aprovação e desaprovação do governo chegam ao pior nível do atual mandato, mas o que pode ter gerado essa queda? Olhando para a pesquisa da Genial Quaest, salta-nos aos olhos, além da piora nos indicadores de popularidade do governo, algumas discrepâncias que ajudam a entender esse declínio em quase todos os segmentos entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024. Para além de várias conjecturas possíveis que os números ensejam, queremos nos concentrar em algumas que parecem incontornáveis para entender o cenário atual, ou seja: (a) a diferença de aprovação entre estratos de renda; (b) a concentração da reprovação entre os evangélicos; (c) o sentimento de estar sendo preterido de alguma forma pelo governo.

Antes de analisarmos tais pontos, é necessário observar o desenho da pesquisa e o período em que foi executada, o que impacta sobremaneira nos seus resultados. A pesquisa da **Quaest** foi a campo entre os dias 25 e 27 de fevereiro, portanto, uma semana após as declarações de Lula que compara as ações do Estado de Israel às de Hitler, proferidas na viagem à Adis Abeba, na Etiópia. Para além deste fato, dia 25 foi o dia em que milhares de seguidores do ex-presidente Jair Bolsonaro se reuniram na Avenida Paulista para prestar-lhe apoio, o que certamente fez com que os bolsonaristas estivessem muito mais ativos nas redes do que nos tempestuosos momentos recentes, em que o capitão esteve nas cordas dado o avanço das investigações sobre as tentativas de Golpe de Estado e desvio de joias. Se somarmos tais eventos ao fato apurado pela Quaest, que indica que 44% dos respondentes se informam sobre política por redes sociais (32%) ou sites e blogs (12%), aos frente 34% que preferem a televisão, observamos que a conjuntura desta semana não foi boa para imagem do Presidente Lula e para seu governo.

Quando olhamos os números mais de perto, vemos que os que declaram ter votado em Jair Bolsonaro são os que mais utilizam as redes sociais para se informar sobre política, os números que sempre estiveram acima da casa dos 35%, hoje rondam a casa dos 45%, alcançando mais da metade dos eleitores do Capitão (67%), quando somados aos que se informam por sites e blogs (13%).

Diante destes números, não é difícil imaginar que a oposição bolsonarista mobilizou todo seu arsenal, concentrando-o em caracterizar o Presente como distante dos problemas brasileiros – um novo viajando-Henrique-Cardoso, personagem de um quadro humorístico da década de 1990, que caracterizava FHC como um presidente alheio ao que acontecia no país – ao mesmo tempo em que o colocava como grande antípoda do ocidente e de Israel que, como veremos, ocupa um lugar importante no imaginário dos evangélicos e conservadores brasileiros. Somada a isso, notícias sobre o exacerbamento da violência em grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, além da fuga de presos em Mossoró, terminam por engrossar esse caldo de insatisfeitos.

Retomando o fio da meada, o destaque inicial será dado para o resultado dessa pesquisa no eleitorado por estrato de renda, talvez o campo mais interessante das quatro últimas eleições presidenciais brasileiras. Nele, o presidente Lula segue muito bem aprovado no 0-2 salários-mínimos, público fiel do PT, mas sua reprovação chega a alta do mandato de 36%. Ainda neste contexto, a aprovação do 2-5 salários-mínimos teve uma mudança considerável na aprovação que saiu de 52% para 45%, com a desaprovação acompanhando, de 46% para 52%.

a terra é redonda

Aqui reside o ponto mais importante, tanto a base dos votos do Lula, quanto o eleitorado em disputa no Brasil, o público de 2-5 salários-mínimos, pioraram a avaliação do governo – o eleitorado de 5+ salários-mínimos não teve grandes alterações, esse eleitorado é predominantemente antipetista.

A aprovação do governo tem um comportamento coerente de declínio a partir de agosto, mas o que acontece nesse mês? A economia também começa a sair do seu melhor ponto de avaliação a caminho da sua piora histórica. Não só entre os eleitores de Jair Bolsonaro, mas também entre os de Lula e os nulos/brancos. O governo, na luta para conquistar eleitores, deu uns passos para trás nos últimos meses e os motivos são indicados em perguntas da Quaest.

A pergunta mais importante é “Nos últimos 12 meses, a economia do Brasil...”, o resultado saiu de 34% de melhorou e 23% de piorou em agosto, para 26% de melhorou e 38% de piorou. Mais do que isso, da última pesquisa para cá saiu de 34% de melhorou e 31% de piorou para 26% de melhorou e 38% de piorou. Junto a essa pergunta, a “no último mês, como ficaram os preços de...” também mostra que a avaliação do eleitorado é que todos os preços subiram, principalmente os dos alimentos, mas também os das contas e dos combustíveis. Se por um lado a inflação segue dentro da normalidade como um todo, tanto o público do PT (0-2 salários-mínimos) como o eleitorado em disputa no Brasil (2-5 salários-mínimos), sofrem com uma inflação própria dos itens mais básicos da cesta.

Dois outros fatores também influenciam na queda da avaliação. O primeiro é a normal curva de desgaste dentro de um ciclo político marcado por um momento inicial que seria uma espécie de “lua de mel com o eleitorado” nos primeiros meses após a eleição. No caso deste governo, esta fase foi potencializada pela tentativa de golpe em oito de janeiro. A este momento segue um período de desgaste natural em meio de mandato. Por fim, segue o período final no qual o governo se concentra em recuperar popularidade para se reeleger ou eleger seu sucessor.

Cabe um destaque sobre os estratos mais altos nessa pesquisa, que apresentam uma aprovação alta para o histórico de intenções de votos captados em nossa pesquisa, com 47,6% e 48,6%, os grupos 5-10 salários-mínimos e 10+ salários-mínimos respectivamente. Observa-se que a condução econômica do governo parece agradar esses dois estratos, que pouco se abalam com mudanças na inflação de alimentos. As medidas de previsibilidade e de persistência em metas fiscais ousadas do ministro Fernando Haddad parecem ter garantido ao governo um voto de confiança de parcela importante desses estratos.

Exemplo desse crescimento inesperado é a última pesquisa IPEC, em que a aprovação caiu 7% no até “1 salário-mínimo”, 1% no “1-2 salários-mínimos” e 3% no “2-5 salários-mínimos”, por outro lado, na faixa “5+ salários-mínimos” a aprovação aumentou 8%. Já na avaliação de governo a avaliação “péssima” subiu 8% no até “1 Salário-Mínimo” e a “boa” caiu 10% na mesma faixa.

Por fim, o aumento substancial da reprovação do governo e da figura de Lula entre os evangélicos se deve tanto à repercussão das críticas do Presidente ao governo de Israel, quanto à mobilização nas redes em torno deste evento e a disseminação de *Fake News*. Lembremos que para uma boa parte dos evangélicos brasileiros, Israel seria o relógio do mundo, uma vez que deus prometeu levar o povo de volta à Terra Santa no final dos tempos, o que se interpreta como sendo a criação do Estado de Israel.

No mesmo turno, diversas correntes evangélicas, acreditam que Israel será palco da grande batalha do Armagedom e o triunfo do “senhor dos exércitos”. Desta forma, o destino de Israel está atrelado ao cumprimento das profecias bíblicas sendo peça central na narrativa escatológica de certo evangelicalismo estado unidense que tem ganhado cada vez mais espaço entre as igrejas brasileiras. Fato que explica, em parte, a adesão dos evangélicos a símbolos do judaísmo e seus símbolos, como foi visto durante a manifestação na Paulista.

Outro ponto crucial observado na pesquisa foram os agrupamentos que se sentem preteridos no governo Lula. Quando perguntados: “O governo Lula se preocupa com pessoas como você?”, pessoas residentes no Nordeste, que ganham até dois salários-mínimos, que se declaram pretas, mulheres e católicas tendem a dar respostas significativamente mais

positivas, que as que se declaram brancas, residentes no Sul/Sudeste, que ganham entre 2 e 5 salários-mínimos e são evangélicos, estas se sentem preteridas pelo governo. Esta dinâmica parece ser um efeito colateral, que resulta, em parte, da melhora no ambiente econômico, na redução da taxa de desemprego e na elevação do consumo, sobretudo dos segmentos da classe trabalhadora, disputados pelo bolsonarismo.

Em particular, cabe destacar o grupo formado por aqueles que recebem entre 2 e 5 salários-mínimos, outrora chamados de nova classe média ou novo precariado, é composto por segmentos heterogêneos entre si, mas que, de modo geral acabam sendo excluídos da maior parte das políticas de transferência de renda dirigidas aos mais pobres, sem, contudo, ser capaz de acessar serviços privados de qualidade que seguem sendo privilégio das classes médias e altas. Daí o ressentimento destes segmentos que acabam se percebendo ameaçados por discursos e programas governamentais de inclusão econômica, mas, também simbólica, voltados às minorias de raça e gênero, como já defendemos em outras oportunidades (Gracino Junior, Goulart e Frias, 2021).

Diante disso, o cenário se torna mais complicado para o governo, na medida em que os grupos de oposição, especialmente o bolsonarista, rearticulam suas redes após o 08 de janeiro, ao passo que o próprio governo tem dificuldade em se comunicar com uma base cada vez mais fragmentada.

***Mayra Goulart** é professora do Departamento de Ciência Política da UFRJ.

***Paulo Gracino** é professor do Departamento de Sociologia da UnB.

***Raul Paiva** é pesquisador do Laboratório de Partidos e Política Comparada de UFRJ.

Publicado originalmente no [jornal GGN](#).

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA